

Faculdades OPET

Aluno: Andrhei Castilho Simioni
Curso de Direito
Prof. Orientador: Horácio Monteschio

CURITIBA
2009

ANDRHEI CASTILHO SIMIONI

A REFORMA POLÍTICA PREVISTA NO PL. 5277/2009

Artigo apresentado à Faculdade Opet
para complementação de nota
referente às matérias cursadas no 2º
semestre de 2009.

CURITIBA
2009

A REFORMA POLÍTICA PREVISTA NO PL 5277/2009

Por: Andrhei Castilho Simioni

1. UM NOVO PROJETO DE REFORMA POLÍTICA

Há muitos anos tem-se discutido a necessidade de uma ampla reforma política e eleitoral no Brasil. A matéria, apesar de muito popular nas casas do Congresso Nacional, pouco evoluiu, talvez pela delicadeza do tema, talvez por não haver interesse em se alterar uma situação cômoda aos parlamentares.

Com a apresentação do PL 5277/2009, e outros tratando do mesmo tema e tramitando juntos, a situação parece ser outra. Aparentemente os parlamentares estão dando um tiro no próprio pé, mas será realmente isso?

2. AS ALTERAÇÕES DE PARADIGMA

O mencionado projeto altera intimamente o Código Eleitoral (lei 4.737/65), a lei 9.096/95 (lei dos partidos políticos) e a lei 9.504/97 (lei das eleições). As principais mudanças almeçadas pelo projeto são o regime de listas fechadas de candidatos, escolhidas pelo próprio partido ou coligação, para as eleições proporcionais e o financiamento feito exclusivamente com recursos públicos para as campanhas eleitorais.

2.1 – O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS

Ambos causam estranheza no cidadão comum, mas este último causa até mesmo aversão em grande parte dos eleitores. Tais sentimentos se fundam nos valores astronômicos que seriam destinados aos partidos políticos. O cálculo é simples: seriam destinados R\$ 7,00 por eleitor do país no primeiro turno e R\$ 2,00 por eleitor em caso de segundo turno, mantidos os recursos atuais do chamado “Fundo Partidário”. De acordo com site do TSE o Brasil contava, em dezembro de 2008, com **130.456.808** eleitores. Fazendo os cálculos, R\$ 913.197.656,00 do orçamento da União seriam destinados aos partidos em primeiro turno das eleições. Os recursos referentes ao fundo partidário, também no ano de 2008 e de acordo com o site do TSE, geraram uma transferência de R\$ 135.814.979,00. Os mais afoitos já fizeram as

contas, R\$ 1.049.012.635,00. Ficou com a visão embaçada? É isso mesmo, mais de 1 Bilhão de reais seriam destinados aos 27 partidos com estatutos registrados perante o TSE, numa divisão não igualitária. De onde viria o dinheiro? Da ampliação da carga tributária. Ou você achou que o Papai Noel abriria a carteira?

A lógica não nos abandona nesta hora. Mesmo com a previsão de que o montante não utilizado deverá retornar aos cofres públicos, será mesmo que algum partido deixará de utilizá-lo na integralidade? Com essa vultosa verba, se criará a mentalidade de Partidos “acomodados”, já que, independentemente do que façam nas eleições, recebendo ou não o apoio nas urnas, terão recursos mais que suficientes para se manter e quem sabe até interferir negativamente no pleito, como fazem os partidos com legendas de aluguel.

O financiamento público das campanhas não é algo negativo, ao contrário, traria grandes benefícios ao país e em curto prazo. Eliminaria definitivamente o lobby (pelo menos o legal, que vem com as doações de pessoas físicas e jurídicas), diminuiria a corrupção em empresas e órgãos públicos através dos nomeados para cargos em comissão e a quem incumbe arrecadar recursos para as campanhas, diminuiria a disparidade financeira entre os partidos, aumentaria a capacidade de fiscalização dos gastos pela população e pelo judiciário eleitoral. O ponto negativo nesse quesito do PL se assenta no montante que seria repassado aos partidos para o custeio das campanhas. Convenhamos, R\$ 913 milhões é um tanto excessivo. Tal quantia estaria legalizando a corrupção e o desvio de verbas públicas

2.2 – LISTAS FECHADAS PARA AS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

O outro ponto discutido no projeto não é menos polêmico: Listas de candidatos pré-ordenadas pelos Partidos Políticos às eleições proporcionais. O brasileiro ainda tem em seu costume o de votar em determinado candidato, talvez até por desconhecimento do sistema atual de eleições para o legislativo. O intuito da lei ao estabelecer a proporcionalidade de votos na legenda sempre foi o de fortalecer a identidade dos partidos, tanto é assim que freqüentemente um candidato mais votado perde a vaga para o candidato de outro partido que recebeu mais votos que o seu. O cargo eletivo proporcional pertence ao partido, não ao candidato.

Para se verificar o impasse, principalmente pela classe de menor escolaridade da população e por eleitores de cidades pequenas, basta mencionar que o cidadão não poderá mais votar no seu parente, amigo, conhecido, de forma direta; que terá que votar no partido e que este já escolheu quem ocupará uma vaga. Certamente os ânimos se exaltam.

A cultura do povo é ainda a de “ajudar” o conhecido nas eleições. O PL não retira este direito dos cidadãos. O que ele faz é incentivar a filiação partidária, vez que a escolha dos nomes da lista poder-se-á dar mediante eleição dos convencionais.

Para fortalecer essa idéia de que o PL visa incentivar novas filiações, bom seria rever, ou mesmo excluir os itens que autorizam a composição da lista em chapas e o que prevê a aclamação, pois facilitam a burla e a corrupção através da venda de um lugar na chapa e até mesmo de uma posição na lista. A manipulação de massas é algo em que políticos experientes são pós-doutores e a votação diretamente nos convencionais pode reduzir a má influencia.

Um bom mecanismo para se evitar essa manipulação é que cada cédula conterà cinco espaços, não se podendo deixar espaço em branco, nulo e nem votar mais de uma vez no mesmo convencional, sob pena de perder todos os votos, e compondo-se a lista com os nomes mais votados em ordem decrescente, independendo da ordem em que o nome aparecia nas cédulas, mas sim da quantidade de cédulas em que seu nome apareceu.

3. CONSEQUÊNCIAS

Uma mudança profunda no sistema político e eleitoral já tarda. Minimizar as desigualdades competitivas entre as legendas vem a corroborar a idéia constitucional de pluripartidarismo político. Eleições oficiais em listas fechadas para os cargos proporcionais, forçam os eleitores a se aprofundar na ideologia dos partidos, conhecer o mínimo de seus estatutos, suas posições dogmáticas, sua história, antes de determinar seu voto.

Políticos não dão tiro no próprio pé. Mesmo as idéias que configuram avanço no sistema político brasileiro são apresentadas em nosso congresso com ressalvas ou distorções para gerar vantagem indevida a algum grupo. A população está cada vez mais atenta para essa postura dos membros do Legislativo, e esse desgaste do congresso tem fortalecido o “ativismo político” por parte do Judiciário. Não causaria espanto se, após a entrada em vigor de lei com o teor deste PL, o STF declarasse inconstitucional o repasse de tão elevada quantia aos partidos ou o TSE regulamentasse a matéria referente à eleição em listas fechadas, estabelecendo hipóteses em que caberia a aclamação ou formação de chapas.

REFERENCIAS

CAMARA DOS DEPUTADOS, PROJETO DE LEI 5777/2009 disponível em :
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/659010.pdf> <pesquisado em 15/08/2009>

Sítio eletrônico do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, www.tse.gov.br/partidospolicos
<pesquisado em 25/09/2009>